

A profile photograph of an elderly man with grey hair, wearing a light-colored jacket over a white shirt and a dark tie. He is looking towards the left. The background shows a construction site with a dirt area, a yellow excavator, and a city skyline in the distance under a clear sky. A semi-transparent green overlay covers the bottom half of the image, where the text is placed.

# GONÇALO RIBEIRO TELLES

Arquiteto Paisagista  
1922-2020

COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA  
Junho 2021



Ribeiro Telles na remodelação da Avenida da Liberdade.  
Fot. Benoiel, Judah (1959). CML/AML

Gonçalo Ribeiro Telles, serviu Lisboa e o país quer como arquiteto paisagista, assinando centenas de projetos, quer como político, promovendo legislação ambiental inovadora. A defesa do ordenamento do território e da paisagem e a criação do Plano Verde de Lisboa são a síntese do seu pensamento ecológico, pelo qual lutou a vida inteira, muitas vezes antes do tempo, mas, felizmente, ainda pôde ver realizadas algumas das suas ideias, que continuam a ser concretizadas, como é o caso do presente parque.

A Câmara Municipal de Lisboa, reconhecendo o enorme contributo de Gonçalo Ribeiro Telles para a qualidade de vida dos lisboetas e dos cidadãos em geral, deliberou homenageá-lo na Toponímia da cidade neste sítio, que fica fisicamente ligado a uma das suas mais importantes intervenções, o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, e integrado, como um *continuum naturale*, numa das suas ideias mais importantes, o Corredor Verde de Monsanto.

Lisboa, junho de 2021

Catarina Vaz Pinto

Vereadora da Cultura e Relações Internacionais  
da Câmara Municipal de Lisboa



Ribeiro Telles, Fot. Alvim, Ana Luísa. In. *Revista Lisboa*, nº 14 ( Jul. 2015)



## GONÇALO RIBEIRO TELLES

“(…) acho que adquiri cedo uma ideia de serviço (…)”

Gonçalo Ribeiro Telles, ao *Expresso* (1 jun. 2002)

Gonçalo Pereira Ribeiro Telles nasceu na freguesia da Sé<sup>1</sup>, em Lisboa, a 19 de maio de 1922, filho da lisboeta Gertrudes Guilhermina Gonçalves Pereira Ribeiro Telles, e de Joaquim Ribeiro Telles, duma família de Coruche, militar e veterinário. Teve na sua vida duas grandes figuras que o influenciaram: o seu tio materno, Joaquim Cardoso Gonçalves, ativo cidadão e intelectual, que colaborou na Universidade Popular e na Academia de Estudos Livres; e o Professor Francisco Caldeira Cabral, primeiro arquiteto paisagista português. Sobre o tio, em cuja vasta biblioteca se tornou leitor, dirá Gonçalo “foi ele que me criou intelectualmente” <sup>2</sup>.

Ingressou no Instituto Superior de Agronomia onde se licenciou como Engenheiro Agrónomo em 1950. Nesse mesmo ano concluiu também o 1º Curso Livre de Arquitectura Paisagista criado por Francisco Caldeira Cabral, a sua segunda figura marcante, defendendo a tese “*Um caso concreto de ordenamento paisagístico – Estudo de três herdades no Concelho de Coruche*”.

Em 1951, Ribeiro Telles entrou para a Câmara Municipal de Lisboa, como tarefeiro, passando para o quadro da 3ª Repartição de Arborização e Jardinagem, da Direcção de Serviços Especiais, em 1953. Dois anos mais tarde, e até 1960, integrou o Gabinete de Estudos de

---

(1) Actual Freguesia de Santa Maria Maior.

(2) PESSOA, Fernando Santos, Gonçalo Ribeiro Telles: Fotobiografia, p. 53.

Urbanização como arquiteto paisagista. Trabalhou posteriormente no Fundo de Fomento da Habitação, dirigindo a secção de Planeamento Biofísico e de Espaços Verdes, executou centenas de projetos como arquiteto paisagista independente e lecionou no curso Livre de Arquitetura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia, nos cursos de Planeamento Regional e Urbano e no de Engenharia Sanitária, na Universidade Técnica de Lisboa, e na Universidade de Évora onde dirige o Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, por si criado para a administração dos cursos de Arquitetura Paisagista e de Engenharia Biofísica

Como funcionário da autarquia, com Manuel Azevedo Coutinho, ou sozinho, assinou dezenas de projetos de remodelação de espaços verdes na capital, e de pequenas áreas ajardinadas, como, por exemplo, a Mata de Alvalade ou os ajardinados no Bairro das Estacas. Deve-se salientar pela sua relevância para Lisboa o projeto para a envolvente da Ermida de S. Jerónimo, em Belém, (1957) onde se opôs a que a Avenida da Torre de Belém fosse prolongada para norte. Caso se tivesse realizado esse prolongamento, a Ermida teria sido demolida, e a própria colina onde está implantada, e de onde se avista o Tejo, tal como à data da sua construção, teria sido alterada. Igualmente relevante é o estudo e a execução duma cobertura vegetal para a colina do Castelo e Alfama (1953-1963) com o reaproveitamento de coberto preexistente a par da plantação de pequenos espaços verdes que surgem na paisagem como se sempre ali tivessem existido.

Em 1958, opôs-se à alteração do projeto que apresentara para a remodelação da Avenida da Liberdade, o que lhe valeu ser demitido. Nesse projeto Ribeiro Telles propunha um aumento da área verde, isolando o peão da faixa central da Avenida, criando assim, um percurso por entre vegetação que contribuiria para um maior contacto com a Natureza (dentro da cidade) ao mesmo tempo que isolava o ruído e diminuía a poluição. Criticado publicamente, por uma campanha no jornal Diário Popular, que o acusava de querer trazer a charneca para



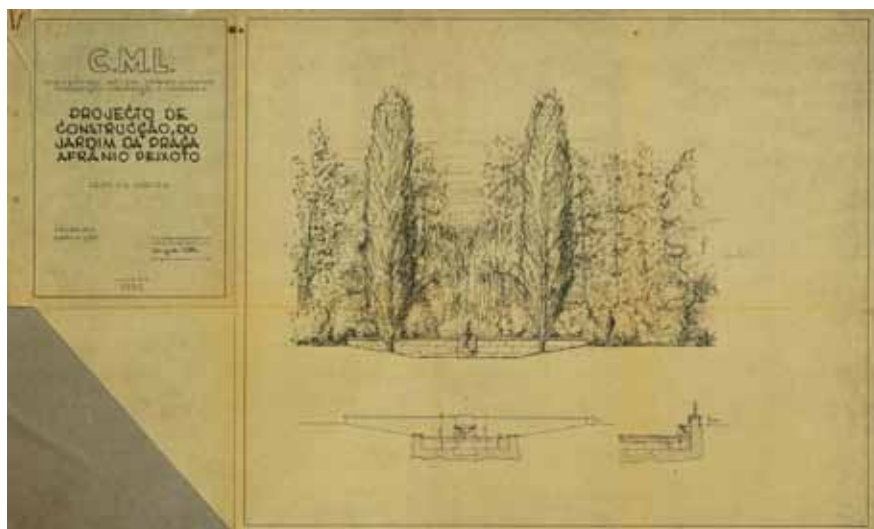
Alfama e Castelo: enquadramento verde. 1959. CML/AML

a cidade, Gonçalo viu-se confrontado com a ordem do então presidente da autarquia, França Borges, para alterar o projeto tornando-o menos inovador. A recusa valeu-lhe a demissão.

Nos anos 60 desenvolveu o projeto pelo qual ficará mais conhecido, os jardins da Fundação Calouste Gulbenkian (1967). Em colaboração com Viana Barreto, Telles criou uma ligação íntima entre interior e exterior, a par dum jardim com ondulações e lago naturalizado, que rapidamente se tornou um oásis na urbe. Em 1975 os jardins receberam o Prémio Valmor.

Em Novembro de 1967 é entrevistado pela RTP sobre as cheias ocorridas e que vitimaram centenas de pessoas no País. Em direto e sem censura, Gonçalo Ribeiro Telles estabelece como causa a construção desenfreada em leito de cheia, a impermeabilização dos solos e a total ausência de ordenamento e faz, por consequência, uma certa crítica ao poder que se demitia de prover a população de habitação condigna e em seguras condições ambientais.

Regressará à Autarquia, em 1985 como vereador, e em 1998, como



Projecto de construção do jardim da Praça Afrânio Peixoto. 1952 CML/AML

coordenador geral da equipa técnica no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal criado por um protocolo assinado entre a autarquia, o Instituto Superior de Agronomia e a Universidade de Évora. O Gabinete teve por missão o estudo da estrutura ecológica de Lisboa. Do qual resultou o Plano Verde de Lisboa que prevê a criação de espaços e corredores verdes, assim como de áreas pedonais e cicláveis, circundantes à cidade e que nela penetram por várias zonas, como o Corredor Verde de Monsanto, o Vale de Alcântara, o Parque Periférico e o Sistema de Corredores Verdes de Chelas, entre outros. Dos anos 90 é ainda o seu projetar para o Cabeço das Rolas na freguesia do Parque das Nações, que reutiliza a natural elevação do terreno para a construção de socalcos relvados.

Desde cedo que se dedicou à causa pública, sendo que ainda estudante ingressou na Juventude Agrária Católica, tendo chegado a ser presidente desta associação que se batia pela modernização da agricultura e pela melhoria das condições de vida dos agricultores. Manteve ao longo da sua vida uma postura de ativismo católico tendo sido,



nas palavras de Barrilaro Ruas, um “católico consciente e prático (...) sempre decidido a servir o bem comum” <sup>3</sup>.

Fez parte do grupo de católicos e monárquicos opositores ao regime que em 1945 fundou o Centro Nacional de Cultura, espaço criado para debate cultural e político, assumindo um papel cada vez mais interventivo, na década de 60, como instituição democrática.

Fundou, juntamente com Henrique Barrilaro Ruas, Francisco Sousa Tavares, Afonso Botelho e Fernando Amado, em 1957, o Movimento dos Monárquicos Independentes, que mais tarde se cindiria daí resultando o Movimento dos Monárquicos Populares, assumindo-se como opositor ao Estado Novo e às suas políticas coloniais. Em 1959, assinou, e foi um dos escolhidos para entregar, a carta que um grupo de cristãos dirigiu a Salazar contra os métodos de atuação da PIDE. Nesse mesmo ano envolveu-se nos preparativos da Revolta da Sé contra o regime de Salazar. Evitou a prisão, mas passou a estar vigiado de mais perto pela PIDE. Já fora impedido de dar aulas no Curso Livre de Arquitetura Paisagista, e em 1960, ao regressar da Holanda depois de ter participado numa reunião da Federação Internacional de Arquitetura Paisagista é detido na fronteira durante horas, juntamente com sua mulher.

Em 1961 apresenta-se a eleições no círculo de Lisboa, integrado numa lista de Monárquicos Independentes, desistindo por falta de liberdade na campanha. Em 1965 não lhe é permitido concorrer à eleições uma vez que a polícia impediu a sua entrada no Governo Civil até ao fim do prazo de entrega para as candidaturas. Nas eleições de 1969 integrou, juntamente com Sousa Tavares as listas da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, a convite de Mário Soares. No ano seguinte as várias tendências monárquicas reúnem-se num único partido, denominado Convergência Monárquica, que após o 25 de

---

(3) RUAS, Henrique Barrilaro, “O Movimento Monárquico”. In: A Utopia e os Pés na Terra, p. 38.

Abril de 1974 dará origem ao Partido Popular Monárquico.

Após a Revolução de Abril participou nos I, II e III Governos Provisórios, como subsecretário de Estado do Ambiente; no IV Governo (de Vasco Gonçalves) e no VI (de Pinheiro de Azevedo) como secretário de Estado do Ambiente. A criação da Secretaria de Estado do Ambiente, em 1975, era uma novidade e foi ponto de partida para a construção duma política ambiental. Tomou posição contra a construção da Central Nuclear de Ferrel e contra o Alqueva, por este não se adequar à tipologia dos terrenos, impróprios para o cultivo de regadio.

No desempenho das suas funções, Ribeiro Telles, num esforço persistente e constante, ao longo dos vários anos em que fez parte dos vários governos, conseguiu fazer aprovar um conjunto legislativo desenvolvendo uma política de preservação dos solos, batendo-se ao longo dos anos pela criação da Reserva Ecológica Nacional, que prevê a proteção duma área para a manutenção das espécies, opondo a exploração económica da terra, com efeitos imediatos, a uma defesa prolongada no tempo, para o aumento da qualidade ambiental. Para isso legislou também no sentido de regulamentar a extração de areias, a destruição do coberto vegetal (Decreto-lei 357/75) e a manutenção do relevo natural, tornando necessária uma avaliação prévia e o reaproveitamento das matérias. É ainda da sua iniciativa o decreto-lei das áreas protegidas (Decreto-lei nº 613/76).

Regressou ao Governo em 1981 como Ministro da Qualidade de Vida, conseguindo finalmente fazer aprovar as figuras de Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional e tornando correntes os Planos de Desenvolvimento Municipal (PDM) e os Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT).

Ao estabelecer esta legislação trouxe para o debate público a ideia da necessidade de se preservar a própria paisagem (Decreto-Lei nº 343/75); a necessidade da proteção dos solos (Decreto-lei nº 356/75); chamou a atenção da importância do relevo para a qualidade de vida,

uma vez que é fator essencial na distribuição hídrica e eólica.

Em 1985 foi eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa, pelo Movimento Alfacinha e nas eleições legislativas desse ano, integrou como independente as listas do Partido Socialista. Em 1992 foi um dos fundadores e dirigente do Movimento Partido da Terra, até 2007. Foi autor, em parceria com Francisco Caldeira Cabral, do livro “A Árvore” (1960), de “A Reforma Agrária. A Terra e o Homem” (1976), de “Para além da Revolução” (1985), de “Lisboa. Entre o Passado e o Futuro” (1987), entre outras obras.

Foi um dos fundadores da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas, na qual desempenhou diversos cargos. Recebeu o grau de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Évora em 1994 e o de Professor Emérito da mesma universidade em 2008. Em 2002 a Ordem dos Arquitetos elevou-o à categoria de Sócio Honorário. Recebeu, em 2010, no Dia da Latinidade, o Troféu Latino João Neves Fontoura, atribuído pela União Latina e pelo Instituto Camões. Foi agraciado com o grau de Oficial da Ordem de Sant’Iago da Espada (1969), a Grã-Cruz da Ordem de Cristo (1988), a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade (1990) e a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (2017). Em 2013 recebeu o prémio Sir Geoffrey Jellicoe, da Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas pelo excepcional contributo da sua carreira para a Arquitetura Paisagista.

Dele disse Mário Soares : “ (...) no que se refere à defesa do ambiente, ao ordenamento do território, à humanização na vida das cidades e do campo, à necessidade de descentralização, ao aprofundamento da democracia pluralista participativa e ao ressurgimento de algumas boas tradições portuguesas... Essas causas estão hoje interiorizadas no espírito de muitos portugueses e isso deve-se, em grande parte, à teorização e à ação cívica de Gonçalo Ribeiro Telles – como político, doutrinador e excepcional arquitecto paisagista.” <sup>4</sup>

---

(4) PESSOA, Fernando Santos, Gonçalo Ribeiro Telles: esboço Biográfico, p. 12.



Estrutura verde do Plano diretor de Urbanização de Lisboa. Coord. Luís Guimarães Lobato.  
Co-aut. Gonçalo Ribeiro Telles. Aprovado em 1959.  
Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian I FCG - Biblioteca de Arte e Arquivos



## BIBLIOGRAFIA

- Henriques, Mendo Castro, Gonçalo Ribeiro Telles, Arquitecto Paisagista. Discurso pronunciado por ocasião de Sessão de Homenagem a Gonçalo Ribeiro Telles e Eduardo Lourenço, em instalações da Câmara Municipal do Funchal , em 11 de Maio de 2007, por ocasião do Congresso Mundial dos Jardins. In: Realistas. Disponível em: <http://www.realistas.org/modules/news/article.php?storyid=2> (Ult. Consulta Março 2021)
- PESSOA, Fernando, Gonçalo Ribeiro Telles: *Esboço biográfico*. [S.l.]: Paulo Trancoso – Costa do Castelo Filmes D.L., 2002.
- PESSOA, Fernando Santos, Gonçalo Ribeiro Telles, *Gonçalo Ribeiro Telles: Fotobiografia*. Lisboa: Argumentum Edições, 2011.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro, *Textos Escolhidos*. Seleção: Fernando Santos Pessoa. Prefácio; Guilherme d'Oliveira Martins. Lisboa: Argumentum, 2016.
- “A Utopia e os Pés na Terra: Gonçalo Ribeiro Telles”. *Catálogo da Exposição*. Coord. Joaquim Oliveira Caetano. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003.



## FICHA TÉCNICA

Edição | Câmara Municipal de Lisboa

Presidente | Fernando Medina

Pelouro da Cultura e Relações Internacionais | Catarina Vaz Pinto

Direção Municipal de Cultura | Manuel Veiga

Departamento do Património Cultural | Jorge Ramos de Carvalho

Título | Gonçalo Ribeiro Telles

Textos | Ana Homem de Melo

Design | Ernesto Matos

Tiragem | 250

Ano | 2021

Depósito Legal | 484375/21

Execução gráfica | Imprensa Municipal de Lisboa

Foto de capa | Gonçalo Ribeiro Telles. Fot. MARQUES, António (1998) CML/AML

Foto de contracapa | Ribeiro Telles, Fot. Alvim, Ana Luísa. In. Revista Lisboa, nº 14 ( Jul. 2015)

# PARQUE GONÇALO RIBEIRO TELLES



38.73793121978389  
-9.157611232901264



LISBOA  
CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO  
MUNICIPAL  
DE TOPONÍMIA